

# política

## Melo prepara projeto que deve alterar valores do IPTU

Texto que pode levar ao reajuste do imposto será submetido à Câmara



TÂNIA MEINERZ/JC

Revisão da planta genérica da Capital ainda está em estágios iniciais, de acordo com o Executivo municipal

### / TRIBUTOS

Sofia Utz  
sofia@jcrs.com.br

A prefeitura de Porto Alegre está organizando a revisão da planta genérica de valores dos imóveis da Capital, primeiro passo em direção ao reajuste do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). A temática foi discutida em reunião do prefeito Sebastião Melo (MDB) com os vereadores da base, na manhã de ontem.

A expectativa é de que haja um aumento no imposto em regiões mais altas da cidade, que apresentaram valorização de imóveis após as enchentes de 2024, e diminuições em bairros alagados. De acordo com o governo, a revisão está em estágio inicial e ainda não há previsão de resultados.

De acordo com a legislação do município, é dever do chefe do Executivo enviar a revisão da planta genérica ao Legislativo durante o primeiro ano de governo. O texto protocolado pelo governo deve se basear em um estudo sobre as

regiões da cidade, levando em consideração, além das valorizações dos imóveis, melhorias na infraestrutura e nos serviços dos bairros. Cabe à Câmara Municipal revisar e cancelar os parâmetros que ocasionarão o aumento ou a diminuição do valor venal das diferentes regiões. O cálculo do IPTU leva em conta dois fatores, a alíquota do imóvel, influenciada pelo preço da construção, e o valor venal do bairro em que está localizado.

De acordo com a secretária da Fazenda, Ana Pellini, o projeto ainda é muito incipiente, mas deve avançar nas próximas semanas. Segundo ela, o prefeito ainda não estabeleceu cronograma para a finalização e o envio do texto. No entanto, a secretária ressalta que o projeto deverá ser aprovado ainda neste ano, para que as alterações já comecem a surtir efeito.

Na reunião com os vereadores, Melo pediu auxílio dos parlamentares na construção do projeto. A intenção é que o texto chegue na Câmara com certo acordo entre a base, para que o projeto possa ser aprovado ainda em 2025, prazo considerado praticamente inviável

### Fatores que podem influenciar o aumento do valor venal de imóveis em um bairro

- ▶ Duplicação e pavimentação de vias
- ▶ Melhoria na infraestrutura
- ▶ Aumento de serviços
- ▶ Idade das construções da região

para fontes próximas ao governo.

O assunto, no entanto, não é consenso entre os vereadores governistas. No encontro com o prefeito, alguns parlamentares demonstraram insatisfação, por se tratar de mais um projeto polêmico que deve ser decidido na Câmara, juntando-se à concessão do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) e o novo Plano Diretor.

Em conversa com a reportagem, um dos vereadores afirmou que a proposição não tem apoio suficiente da base para aprovação e que reunião foi “balão de ensaio” do governo. O parlamentar pontua que a intenção do reajuste no imposto seria ampliar a cota paga por imóveis de alto padrão.

quitar suas dívidas com a autarquia. A previsão é que o programa dure cerca de três meses.

O Refis propõe descontos de 90% em pagamentos à vista, 85% com parcelamento em até seis vezes, 80% em até 12 parcelas e 40% em casos de parcelas em até 60 meses. Os beneficiários da tarifa social

que estão em dia com o pagamento dos últimos três meses terão isenção de multas, juros e atualização monetária, ainda que o valor original da dívida se mantenha.

O projeto também autoriza a contratação de 233 profissionais temporários para a autarquia, com contratos de dois anos prorrogáveis.

## PEC da Blindagem é risco à democracia, afirma Simone Tebet

### / GOVERNO FEDERAL

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, criticou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que dificulta o andamento de processos criminais contra deputados e senadores, na forma como foi aprovada pela Câmara na noite de terça.

“Esta pauta da PEC da Blindagem não atende ao interesse do povo brasileiro”, afirmou a ministra, que defendeu a votação de propostas “que são do interesse do povo brasileiro”, entre as quais citou a isenção no Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

A PEC da Blindagem foi aprovada em dois turnos pelo plenário da Câmara, na terça à noite. O texto original previa que qualquer abertura de ação penal contra parlamentar depende de autorização prévia da maioria absoluta do Senado ou da Câmara, em votação secreta.

Durante a madrugada de ontem, entretanto, foi derrubado o voto secreto nas sessões para autorizar processos criminais contra senadores e deputados.

O termo “secreto” foi derrubado por falta de quórum durante a votação de um destaque. Foram

296 votos a favor, mas o mínimo necessário para manter a regra era de 308 votos.

Simone Tebet classificou como “um risco à democracia como a conhecemos” a tentativa de alguns parlamentares de votar novamente, o mesmo destaque no texto, sob a alegação de que os deputados estavam dormindo quando o tema foi a votação. “O voto secreto foi derrotado legitimamente pelos parlamentares que foram contra essa peça”, afirmou.

Ela disse esperar que os deputados repensem a estratégia e não “rasguem” o Regimento Interno e a Constituição, recolocando um tema já derrotado em nova votação.

A ministra disse esperar que a PEC da Blindagem seja rejeitada pelo Senado. “O Brasil precisa de um sistema bicameral exatamente para isso, quando uma casa falha, tem a outra para visitar e dizer ‘à luz da Constituição, da lei e da moralidade pública, isso não pode passar, porque isso afronta diretamente o povo brasileiro’”, destacou.

As falas foram proferidas durante um seminário sobre risco fiscal judicial, organizado pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento em conjunto com a Advocacia-Geral da União (AGU).

## Dino cobra de AGU e TCU plano para fiscalizar ‘emendas Pix’

### / STF

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) apresentem, dentro de 15 dias úteis, um plano de fiscalização das chamadas “emendas Pix”. Dino pediu uma “definição objetiva das etapas e datas para a análise, apreciação e/ou julgamento” dos relatórios de gestão das emendas referentes aos exercícios financeiros de 2020 a 2024.

“Lembro que a prestação de contas é um dever, o que se projeta para os órgãos competentes na esfera federal, em se cuidando de dezenas de bilhões de reais do Orçamento Geral da União, que não podem permanecer em zonas de indefinição quanto à aferição da idônea e eficiente aplicação”, escreveu o ministro. No mesmo despacho, Dino esclareceu que a competência para julgar a execução das emendas é do TCU.

Segundo o ministro, julgamen-

tos eventualmente feitos pelos Tribunais de Contas dos estados e dos municípios são nulos, “não se prestando a substituir o juízo constitucionalmente reservado ao TCU”. “Tais atos são eivados de vício de competência, pois o exercício da função de julgamento das contas relativas a recursos da União é atribuição exclusiva do TCU”, acrescentou Dino em seu despacho. Nesta semana, o ministro já havia determinado a suspensão de repasses de emendas a nove prefeituras em que a Controladoria-Geral da União (CGU) apontou “indícios de crimes” no uso dos recursos.

Do outro lado da Praça dos Três Poderes, a Câmara dos Deputados avançou com a “PEC da Blindagem”, que segue agora para o Senado, para dificultar processos criminais contra deputados e senadores. O texto prevê a necessidade de autorização do Congresso para o STF processar parlamentares. Dezenas de políticos já são investigados no Supremo por suspeita de corrupção na destinação de recursos públicos.

## Refis do Dmae é aprovado na Câmara de Porto Alegre

Mesmo com discussão acalorada, o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) foi aprovado com unanimidade na Câmara de Porto Alegre. O texto autoriza o Dmae a oferecer descontos em multas e juros de tarifas em atraso, para que consumidores possam